

A intensificação dos ataques às Universidades Públicas e Gratuitas, incluindo agora a "Proposta do MEC para o ensino Superior", levou a ANDES-SN a realizar o seu II CONAD Extraordinário (Conselho Nacional da ANDES), na Universidade de Brasília, no período de 11 a 13 de abril de 1991.

Esvaziamento e atropelo da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Congresso Nacional, descompromisso com o Ensino Superior Público, tentativa de supressão de direitos sociais garantidos na Constituição e nenhuma responsabilidade diante dos descalabros educacionais nas entidades privadas de ensino, são as intenções implícitas na proposta do Governo para o ensino superior. Assim concluiu o CONAD.

Como pano de fundo de nossas vidas, um profundo arrocho salarial, absoluta falta de verbas para os serviços públicos essenciais e para a Universidades Públicas em particular, desemprego em massa e uma degradação das condições de vida sem precedentes no país, expressa no crescimento aterrador das doenças infecto-contagiosas, além de vivermos uma ameaça real de propagação da cólera, doença própria da idade média, que vem se alastrando a partir de outras experiências "neoliberais" na América Latina. Como contra-partida, escândalos e fraudes em concorrências do Governo (previdência, LBA, etc) e benesses aos usineiros de cana de açúcar.

Para agravar, internamente a Rural, temos uma administração que vem sistematicamente dificultando e desviando as energias das Entidades seja

em questões cotidianas, como a tentativa de retirar da ADUR a sala 38, seja por atropelar questões fundamentais como, por exemplo, o Seminário sobre Política de Pessoal Docente e Avaliação, ou ainda assumindo uma postura de alinhamento com a atual política do MEC. Foi necessária muita energia e mobilização para que a Reitoria viesse dialogar com a comunidade Universitária e que se definisse o processo estatuinte para o segundo semestre deste ano.

Mais do que nunca, os movimentos sociais organizados precisam atuar no sentido de impedir a concretização de mais retrocessos no campo social. A comunidade Universitária necessita integrar-se às manifestações do 10. de maio e constituir-se numa força decisiva nas ações em defesa da Universidade Pública e Gratuita, nos atos já programados para a primeira quinzena de maio. É necessário, também, mantermos uma pressão continuada junto aos parlamentares, por uma LDB a altura dos problemas educacionais que afligem a população brasileira e, no plano interno, realizarmos um estatuinte que garanta uma Universidade Rural democrática, de qualidade e a serviço da maioria da população brasileira.

Participe!
Essa luta é nossa!